



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL

Aos 21 dias do mês de novembro de 2022, pelas 15:14 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, no Plenário do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026;**
2. **Votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023.**

- 
1. **Votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026;**

Antes de iniciar a votação, o Presidente assinalou a inexistência de propostas de alteração à iniciativa. Submetida à votação, foi a proposta de lei - articulado e o anexo - aprovada com os votos a favor do PS, os votos contra do PSD, CH, IL, PCP e BE e a abstenção do DURP PAN e L.

2. **Votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023.**

Procedeu-se à votação, na especialidade, dos artigos 2.º a 87.º, com exceção do artigo 7.º, e das respetivas propostas de alteração e, bem assim, algumas propostas cuja votação foi adiada para os dias subsequentes.

Foram excluídos da votação na especialidade os artigos remetidos a plenário no âmbito da alínea q) do n.º 1 do artigo 165.º Constituição da República Portuguesa, a saber: artigo 30.º “Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura”, artigo 53.º “Obrigações assumidas pelos municípios no âmbito do processo de descentralização de competências”, artigo 54.º “Fundos disponíveis e entidades com pagamentos em atraso no subsector local”, artigo 55.º “Redução dos pagamentos em atraso”, artigo 56.º “Pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão, artigo 58.º “Fundo

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL**

de Financiamento da Descentralização e transferências financeiras ao abrigo da descentralização e delegação de competências”, artigo 59.º “auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira”, artigo 60.º “Fundo de Emergência Municipal”, artigo 62.º “Despesas urgentes e inadiáveis”, artigo 63.º “Liquidação das sociedades Polis”, artigo 66.º “Previsão orçamental de receitas dos municípios resultantes da venda de imóveis”, artigo 67.º “Empréstimos dos municípios para habitação e operações de reabilitação urbana”, artigo 68.º “Linha BEI PT 2020 – Autarquias”, artigo 69.º “Transferência de recursos dos municípios para as freguesias”, artigo 70.º “Dedução às transferências para as autarquias locais”, artigo 71.º “Acordos de regularização de dívidas das autarquias locais”, artigo 72.º “Aumento de margem de endividamento”.

Os resultados das votações encontram-se disponíveis na página do [Orçamento do Estado de 2023](#).

Já após o termo da reunião, foram apresentadas pelo CH as declarações de voto por escrito, que constam em anexo à presente ata.

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação](#) parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede, a qual poderá ser consultada na página da iniciativa.

A reunião foi encerrada às 20:27 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 novembro 2022.

  
**O PRESIDENTE**  
**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pedro Anastácio (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Vera Braz (PS)  
Alexandre Simões (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
Carla Castro (IL)  
Bruno Dias (PCP)  
Mariana Mortágua (BE)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
Rui Tavares (L)  
João Paulo Rebelo (PS)  
Jorge Seguro Sanches (PS)  
Miguel Iglésias (PS)  
Tiago Brandão Rodrigues (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Isaura Morais (PSD)  
Paula Cardoso (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
Sérgio Marques (PSD)  
Rui Paulo Sousa (CH)  
Duarte Alves (PCP)  
Rosário Gambôa (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Helga Correia (PSD)  
Pedro Pinto (CH)



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 60/XV/ 1.ª SL**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)

## **Declaração de voto**

### **Propostas nº 1310 C e 1311 C**

Admissão de trabalhadores para o Instituto da Segurança Social, I.P.

Admissão de trabalhadores para o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.

(ADSE, I.P.)

O Partido CHEGA votou contra as propostas apresentadas pelo PCP, no âmbito da discussão da Proposta de Lei n.º 38/XV/1ª, pois entende que não se deve continuar a contratar funcionários para as empresas públicas e demais organismos do Estado sem antes proceder a um levantamento e identificação das carências efectivas. Para isso é necessária uma reestruturação profunda da alocação dos recursos humanos atualmente existentes. É preciso identificar em que serviços existem funcionários a mais ou com funções obsoletas, integrá-los noutros serviços onde, pelo contrário, se verifique carência de pessoal.

Só após este processo de reestruturação se pode ter a real perspectiva de quantos funcionários são necessários e exactamente em que serviços/ entidades.

Assembleia da República, 25 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá

Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -

Rui Afonso - Rui Paulo Sousa

## **Declaração de Voto**

### **Proposta nº 1569C**

Contratação de recursos humanos para concretização das políticas públicas de habitação

O Partido Chega votou contra esta proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 38/XV/1ª, apresentada pelo Partido Livre, pois entende que não é necessário contratar mais recursos humanos para a referida concretização das políticas públicas de habitação. O CHEGA considera que temos recursos suficientes para cumprir tal política e que se deve capacitar os recursos existentes para a sua execução. Em suma, é necessária uma reestruturação profunda da alocação dos recursos humanos atualmente existentes, sendo preciso identificar em que serviços existem funcionários a mais ou com funções obsoletas, integrá-los noutros serviços onde, pelo contrário, se verifique carência de pessoal.

Só após este processo de reestruturação se pode ter a real perspectiva de quantos funcionários são necessários e exactamente em que serviços e entidades.

Assembleia da República, 25 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa